

## A visão de um embaixador sobre a política externa brasileira: uma entrevista com Samuel Pinheiro Guimarães, Embaixador e professor do Instituto Rio Branco

### *1. O senhor poderia falar brevemente sobre sua carreira no Itamaraty?*

Bom, eu ingressei em 1963 e durante a minha carreira, eu trabalhei em diferentes setores do Itamaraty. Trabalhei como Terceiro-Secretário, na Divisão de Cooperação Econômica e Técnica, depois na Divisão de Política Comercial, depois na SUDENE, em Recife, durante um ano aproximadamente, depois voltei e fui chefe do Setor de Serviço Técnico de Análise e Planejamento. Depois, fui removido para o exterior, fui Cônsul Adjunto do Brasil, em Boston, depois fui Cônsul em Boston. Voltei para o Brasil. Estive licenciado por dois anos e voltei a trabalhar no governo do Presidente Geisel e do Ministro Azeredo da Silveira. Trabalhava na Assessoria Especial do Ministro de Estado. Depois fui vice-presidente da IMBRAFILME, empresa brasileira de filmes. Depois disto, em 1982, fui trabalhar em Nova Iorque na missão junto às Nações Unidas. Voltei em 1985 e fui trabalhar na divisão da ALADE e depois fui chefe do Departamento Econômico, isso em 1988. Depois do Departamento Econômico, fui trabalhar na Embaixada do Brasil em Paris, onde eu fui Ministro Conselheiro. Quando eu voltei de Paris, fui promovido a Embaixador, em 1994, e depois disso fui dirigir o Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais, do qual fui exonerado em 2001 mais ou menos. Aí fiquei sem função até que veio o governo Lula, e eu fui designado Secretário-Geral das Relações Exteriores e, no final do governo, Ministro de Assuntos Estratégicos, no último ano do governo do Presidente Lula, 2010. Depois fui Alto Representante do Mercosul, depois pedi demissão. Aqui já era professor do Instituto Rio Branco há alguns anos, desde 2007 mais ou menos, onde eu ensino até hoje Política Internacional e Política Externa.

*2. Qual o senhor acredita ser o maior desafio da Política Externa Brasileira na atual conjuntura?*

O maior desafio da política externa, na minha opinião, na atual conjuntura é que o Brasil possa resistir às pressões que ocorrem, em parte por outros países e também da própria sociedade brasileira, no sentido de aderir a acordos, que são acordos restritivos da liberdade de formulação de política econômica em geral, com efeitos a política propriamente. Os chamados acordos de livre comércio. Então, eu acho que esse é um grande desafio na atual conjuntura. O segundo desafio é saber aproveitar a circunstância da emergência da China como segunda grande potência mundial, que tem um interesse muito grande no Brasil, para que o Brasil possa se reindustrializar e possa consolidar seu processo de desenvolvimento econômico e entender desafios importantes diante de forças internas e externas que são contrárias a isso.

*3. O senhor acredita que dentro do grupo dos BRICS, a relação do Brasil com a China pode se sobrepor às relações com os demais membros ou que o interesse da China sobre os outros países do bloco é maior?*

Você tem dentro dos BRICS relações bilaterais e relações multilaterais. As relações bilaterais do Brasil com a China são muito mais importantes que as relações bilaterais do Brasil com qualquer outro membro dos BRICS. A China é o principal parceiro comercial do Brasil nos últimos anos, tanto como importador quanto como exportador. Isso não ocorre nem com a Rússia, nem com a África do Sul, nem com a Índia. A posição deles é muito menos importante do ponto de vista comercial. Do ponto de vista de investimentos, também a China tem a possibilidade e o interesse em trazer investimentos para o Brasil, que a África do Sul não tem, nem que a Índia tem, nem que a Rússia tem. São parceiros importantes também, porém, numa dimensão menor. Então, é importante para o Brasil a participação nos BRICS porque permite que o Brasil tenha uma participação política mais importante na esfera internacional, na medida em que ele está aliado dentro de um bloco, com determinadas posições, cuja principal característica é a reforma do Sistema Internacional, tanto política quanto econômica.

Nós temos interesse em reconstruir o Sistema Internacional porque quando ele foi construído, nós éramos um país absolutamente não importante. Um país que talvez, em 1945, tivesse 40 milhões de habitantes, talvez mais. Um país que não tinha indústria, um país produtor de café. Não era nem produtor de minério de ferro, nem soja, nada disso, nem essas coisas das as quais às vezes nos orgulhamos tanto de forma até equivocada. Então, era café, um pouco de algodão, um pouco de açúcar. Não tinha importância como produtor industrial. Não era nem integrado territorialmente. Um país que vivia na costa, com grande percentual da população rural. Uma situação muito diferente da que nós vivemos hoje, num Brasil com mais

de 200 milhões de habitantes. Se nós fôssemos comparar a população da França com o Brasil, a evolução da população, a França tinha uma população muito maior do que a do Brasil, e hoje tem uma população muito menor, o que significa que tem um potencial de mercado muito menor. Todas as fábricas instaladas no Brasil hoje fazem com que o Brasil seja um dos maiores produtores de automóveis do mundo, e assim por diante. Então, digamos, nós temos interesse na reforma do Sistema para que o Brasil tenha uma posição de maior relevo, tanto no sistema das Nações Unidas, no que se refere ao Conselho de Segurança, uma questão política muito importante a que não se dá a atenção devida, mas que é o organismo do Sistema Internacional que tem o monopólio da força, que pode determinar o uso da força contra qualquer país, portanto, contra nós eventualmente, não é mesmo? (risos).

*4. O que o senhor acredita que sejam as perspectivas atuais para as relações do Brasil com os países da costa atlântica africana?*

Eu acho que há uma oportunidade muito grande para o Brasil, do ponto de vista econômico, com os países da África, num geral, mas especialmente com a costa atlântica. Primeiro porque há relações tradicionais, proximidades, não é verdade? Ali na costa africana, nós temos de um lado países que hoje em dia têm recursos importantes derivados da exploração de petróleo, como a Guiné Equatorial, um dos países mais ricos do mundo em termos de renda *per capita* (US\$30 mil) – claro que não é desenvolvido, mas tem uma riqueza de petróleo extraordinária, assim como a Nigéria, e assim por diante. Bom, então, você tem de um lado isso e, de outro, países que querem construir sua infraestrutura, que não têm (ex-colônias). Esses países têm interesse também, do ponto de vista comercial, eles têm os recursos para adquirir bens e serviços, e o Brasil tem condições de prestar esses serviços. Na questão da infraestrutura, o papel das empresas de engenharia brasileira é muito importante, e estão sendo destruídas por essa *Operação Lava Jato*, que tem como um de seus efeitos terríveis destruir essas empresas. E naturalmente isso permite, ao enfraquecer as empresas brasileiras, que as empresas externas passem a atuar lá e aqui, certo? Isso, aliás, já está acontecendo aqui.

Você tem [também] uma grande oportunidade na área dos programas sociais, porque muitos desses países têm questões sociais semelhantes às do Brasil, na área da educação, da saúde. O Brasil teve uma série de programas muito bem-sucedidos na área de combate a certas doenças, não é? Na área da agricultura, o Brasil transformou sua agricultura na área da pesquisa agrícola com a EMBRAPA. E o Brasil, ao estabelecer relações com esses países, não estabelece condicionalidades, o que outros países fazem: “nós vamos cooperar com você, mas vamos estabelecer condicionalidades. Você vai ter que fazer isso, vai ter que fazer aquilo”. Ninguém gosta disso. Então, eles veem o Brasil como um parceiro mais amistoso, não quer impor a vontade dele. O Brasil não é uma ex-potência colonial, pelo contrário,

é uma ex-colônia, como eles. Depois, do ponto de vista econômico, social e político, o Brasil, no seu esforço de reformulação dos organismos internacionais, tem interesse pelo apoio dos países africanos, a começar pelos países da zona do atlântico por serem mais próximos e até mais numerosos. A África são 54 Estados soberanos, todos eles com voz nas decisões internacionais, um número bastante grande. Portanto, o apoio desses países em todas as conferências internacionais é muito importante para o Brasil. Na área militar, eles também têm um interesse na cooperação com o Brasil, como a Namíbia e outros países. [Essa parceria é] sem dúvida muito importante porque eles têm interesse na compra de equipamentos, [demanda] que às vezes os países ocidentais não podem atender. Nós fornecemos navios para a Namíbia, formação de oficiais, tudo isso é importante. Poderia ser mais se houvesse uma visão estratégica mais clara, não é? Há na verdade uma deficiência, uma visão míope [sobre essas parcerias].

*5. Nossa pergunta final é sobre um dos questionamentos mais pertinentes entre as alunas e os alunos de Relações Internacionais em relação a nossa política externa: o senhor acredita que houve uma retração da política externa do governo Dilma em relação ao governo Lula?*

Não, são estilos diferentes. Para ser justo, não concordo com tudo que é feito, não concordo com o estilo de articulação política que é desenvolvido. Não concordo. Mas eu acho que no governo da Presidente Dilma, nas situações fundamentais, ela tomou as atitudes adequadas. Eu acho que o dia a dia que é o prejudicial, que é como não deveria ser. Na política, é preciso seduzir os que participam da política, que são os Estados. Então, você precisa muito ir aos países, prestigiar os países. A política é uma questão do dia a dia. Por exemplo, a Presidente Cristina aniversaria em um determinado dia; nesse dia, você pega e telefona. Não pode ser só aquela coisa fria da reunião, você precisa de uma relação também de amizade e confiança, isso exige uma série de atos.